

PPGJor / UFSC
PROJETO DE PESQUISA
2019-2021

CRÍTICA DE COBERTURA JORNALÍSTICA
Questões de método e ações de contra-hegemonia
em contexto de grande desigualdade social

PESQUISADORA PROPONENTE: **GISLENE DA SILVA** (professora titular)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

[Docente Voluntária – Aposentadoria em março de 2020]

TIPO DE PROJETO: para registro no PPGJor

Área de Concentração: Jornalismo

Linha de Pesquisa 1 “Cultura e Sociedade”

*Vinculado à Bolsa de Produtividade do CNPq – Pesquisador PQ2

PERÍODO: **01/2019 a 12/2021**

ÁREA do conhecimento: **Comunicação e Informação** (Ciências Sociais Aplicadas I)

SUBÁREA do conhecimento: **Jornalismo**

GISLENE DA SILVA

RESUMO

Este estudo dá continuidade ao projeto de pesquisa anterior (*Aportes teóricos e técnicos para crítica cultural da notícia*), centrado-se nesta etapa na investigação da crítica de cobertura jornalística pela perspectiva acadêmica, com atenção em (1) questões de método para analisar e criticar coberturas e (2) ações de contra-hegemonia observadas em coberturas jornalísticas no contexto da grande desigualdade social brasileira. A pesquisa tem como objetivos: enfrentar o próprio conceito de crítica no campo da cultura midiática e, em particular, do jornalismo; estudar modos de se fazer a crítica de cobertura jornalística, aperfeiçoando metodologias específicas, como o método de ACJ – Análise de Cobertura Jornalística; analisar críticas de especialistas e do público em correlação com a crítica acadêmica; fazer *crítica da crítica acadêmica* de coberturas já realizadas, identificando as diferentes teorias críticas as orientam; e situar a crítica de jornalismo no debate sobre hegemonia e nas ações de contra-hegemonia das coberturas jornalísticas no contexto da grande desigualdade social brasileira. Interessa à pesquisa discutir silenciamentos e enquadramentos de coberturas jornalísticas em mídia *mainstream* e em mídias alternativas, procurando mostrar tanto as escolhas das coberturas que reforçam todo tipo de hegemonia (de classe, gênero, ocupação de espaço, educação, direitos etc.), como também ações de cobertura em favor de grupos minoritários e da diminuição das desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Crítica de mídia. Crítica de Cobertura Jornalística. Hegemonia. Contra-hegemonia. Método.

SUMÁRIO DO PROJETO

1. Apresentação
2. Fundamentação teórica
 - 2.1 Pressupostos e justificativas
 - 2.2 Proposições sobre teorias críticas do jornalismo
 - 2.3 Anotações sobre crítica de cobertura jornalística em periódicos científicos
 - 2.4 Considerações sobre hegemonia, contra-hegemonia e contra-informação
3. Objeto de estudo e Objetivos
4. Procedimentos metodológicos
5. Resultados esperados
6. Cronograma / Plano de Trabalho
7. Levantamento bibliográfico (incluídas as Referências deste projeto)

1. APRESENTAÇÃO

No triênio 2016-2018 desenvolvi o projeto intitulado “*Aportes teóricos e técnicos para uma crítica cultural da notícia*”, inserido no campo dos estudos de Crítica de Mídia. Com o novo projeto que apresento agora, pretendo aprofundar esses estudos, com ainda mais atenção à crítica da cobertura jornalística tanto nos diferentes lugares e modos de se fazê-la como mais particularmente nas maneiras como vem sendo feita na perspectiva acadêmica, a partir de questões teóricas sobre o que é criticar e de questões oferecidas por análises empíricas. De início, considero importante destacar as metas alcançadas com a pesquisa do triênio anterior.

No que diz respeito às metas mais operacionais listei na primeira parte desta proposta as Atividades de Pesquisa nas quais estive envolvida em anos recentes, sinalizando pelos títulos dos trabalhos (orientados na pós-graduação, apresentados em eventos científicos e/ou publicados em periódicos e ebooks) a correlação direta com o projeto de pesquisa em andamento. Ressalto ainda a vinculação do projeto que se encerrará em fevereiro de 2019 com o estágio pós-doutoral que fiz na Universidad Complutense de Madrid (2016), quando investiguei as críticas à cobertura jornalística que aparecem em revistas científicas da área de Comunicação na Espanha – um estudo que se desdobrou, na volta, em uma segunda etapa comparativa com periódico brasileiro especializado em Jornalismo.

Quanto às metas mais de fundo teórico-empírico, dou destaque ao esforço para discutir a tarefa do crítico de mídia, de modo geral, e do crítico de jornalismo, em particular, e também ao trabalho de verificação de como se configuram as críticas acadêmicas a coberturas jornalísticas, por quais perspectivas teóricas operam e sobre quais problemas sociais se interessam. No percurso deste exercício mais amplo de busca por aportes teóricos e técnicos para uma crítica da notícia, a pesquisa resultou em novas questões que demandam investigações subsequentes, tais como (1) aprofundamento da crítica de mídia/jornalismo como tarefa acadêmica, (2) investigação de diferentes perspectivas de crítica do Jornalismo, (3) sistematização de modos de se fazer a crítica de cobertura jornalística, aperfeiçoando metodologias específicas, como o método de ACJ – Análise de Cobertura Jornalística; (4) discussão de questões sociais relevantes na crítica às coberturas jornalísticas no contexto brasileiro de extrema desigualdade social e fragilidade democrática – por isso a vontade de retomada do debate no campo científico da Comunicação sobre hegemonia, contra-hegemonia e contra-informação –

um debate bastante forte no início dos anos 80 no Brasil, quando na transição da ditadura para a democracia. Muito provavelmente pelo momento político por que passa o país na segunda década do século XXI, ressurgiu a necessidade de se pesquisar com mais vigor problemas comunicacionais ligados às dificuldades do processo democrático brasileiro, incluído aí o problema da cobertura dos veículos de imprensa em suas práticas hegemônicas e contra-hegemônicas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Pressupostos e justificativas

Os pressupostos que orientam este projeto são os mesmos do projeto anterior, uma vez que se trata de dar continuidade à pesquisa que vem sendo desenvolvida nos últimos três anos. Repasso alguns deles. Considerando a atividade crítica enquanto método de exame de práticas midiáticas submetidas a valores e critérios, é necessário que tanto os conceitos usados em suas análises, bem como a práxis para a qual se voltam reconheçam os objetos empíricos analisados como localizados em condições sociais e históricas específicas, colocando-os em crise. No estudo sistemático da crítica de mídia, ressalto três aspectos centrais. O primeiro deles diz respeito à demarcação daquilo que pode ser alocado sob essa rubrica; o segundo indaga os modos de sua realização e difusão; e o terceiro visa delimitar os objetos específicos sobre os quais a crítica de mídia pode se debruçar a partir de escolhas teórico-metodológicas. A dificuldade está em que, no caso da crítica de mídia e, portanto, do jornalismo, juízos de valor costumam emanar das mesmas esferas que conformam os objetos analisados. A qualificação e a circulação a partir desse lugar são, assim, um desafio para a crítica, associando juízos de valor positivos ou negativos aos objetos a fim de interferir em seus modos de recepção. Por isso, a observação das implicações políticas, sociais, culturais e econômicas para além da materialidade dos objetos estudados também se apresenta como necessária à crítica de mídia.

Em evento realizado em setembro de 2017, na UFSC/Florianópolis (I Simpósio de Crítica de Mídia, organizado pelo Grupo de Pesquisa *Crítica de mídia e práticas culturais* (grupo interinstitucional UFSC/USP), pesquisadores se concentraram no esforço em responder à pergunta “Como criticam os que criticam?”. As disposições de

pesquisadoras e pesquisadores se complementavam pelo esforço em discutir diferentes perspectivas teóricas de críticas, de pensar a crítica de instituições e processos midiáticos de modo mais geral, de fazer o exercício de crítica de objetos midiáticos particulares – com destaque para os do campo do Jornalismo – e de objetos midiáticos que se mostram críticos em si mesmos. Essas apresentações orais, compuseram, depois, textos de um dossiê, por mim organizado, na Revista *Rumores* (v.12, n. 23, 2018). São exercícios de *crítica*, em trabalhos que tratam de objetos/práticas midiáticas, e de *metacrítica*, nos textos em perspectiva teórica e reflexiva. Eles se dispõem, cada um à sua maneira, a observar objetos concretos/empíricos (produtos, processos e discursos) efetivamente em circulação nas mídias, a estudar algumas condições de produção e a problematizar a finalidade política da crítica. Ali, na apresentação do dossiê, tentei traçar um mapa de possibilidades. Dizia das incontáveis questões na busca de respostas que deem conta da complexidade e necessidade desta tarefa de se fazer a crítica de mídia. Pode-se perguntar sobre as naturezas da crítica de mídia, os lugares onde se encontram, quais sujeitos a praticam, que diferenças há entre análise e crítica de mídia, quais as perspectivas teóricas que as orientam. A partir da variedade de indagações se abrem as possibilidades, igualmente diversas, de se estudar a crítica de mídia em diferentes instâncias ou modalidades:

a) na percepção de parâmetros, do “como fazer para criticar”, observando a operacionalização do ofício do crítico e, quando no campo do jornalismo, com atenção para implicações éticas e estéticas da cobertura dos acontecimentos noticiados;

b) no estudo das críticas de mídia que circulam pela própria mídia, feitas por aqueles especialistas reconhecidos como críticos, ou seja, que possuem saberes que o público não domina.

c) na crítica de mídia como um gênero textual, praticado pelos especialistas a partir de determinadas convenções reconhecidas pelo público, possibilitando sua circulação junto a ele em espaços já institucionalizados, como jornais, revistas, blogs, entre outros.

d) nas experiências metacríticas, em termos de conteúdo e forma, das inovações estéticas e estilísticas veiculadas na própria mídia, que, ao propor um novo formato ou

gênero, empreendem uma crítica àquilo estabelecido como padrão, realizando-a não como uma análise sobre a mídia, mas no próprio fazer midiático;

e) nos modos de leitura e perfis do público de crítica de mídia;

f) nas interações sociais de crítica, nas quais receptores criticam de maneira dispersa e informal materiais veiculados nas mídias, não apenas questionando fundamentos da produção midiática como, principalmente, marcando lutas identitárias e disputas por hegemonia e reconhecimento;

g) no estudo de teorias da crítica, teorizando sobre “como criticam os que criticam” e sobre “como fazer para criticar”;

h) na crítica de mídia noticiosa como recurso didático-pedagógico para ensino e formação de profissionais, como jornalistas, por exemplo, e para o trabalho de formação de leitores críticos de produtos midiáticos.

Para além de possíveis respostas sobre os modos de se fazer a crítica de mídia, tais estudos provocam novas perguntas e problemas, sendo que muitos deles dizem respeito à crítica do jornalismo. Observa-se que, neste quadro complexo, há uma lacuna de pesquisa sobre que tipo de crítica está posta em inúmeros artigos científicos e em teses e dissertações que estudam especificamente coberturas jornalísticas, e sobre quais teorias e métodos orientam estas investigações em suas críticas, de modo implícito ou explícito. Além de tratar de grande variedade e volume de objetos observáveis, empíricos, relembro que esta tarefa de pesquisa é também de longo prazo, com grande vocação para desdobramentos, especialmente quando são considerados, no caso das pesquisas de pós-graduação sobre jornalismo, o interesse difuso em analisar coberturas jornalísticas e o número de mestrandos e doutorandos aí envolvidos.

Sob as perspectivas da teoria crítica frankfurtiana e dos estudos de Gramsci sobre hegemonia, atualizando a abrangência e retomando a pertinência de ambas, podemos reconhecer veículos da imprensa alternativa ou da mídia independente, estudos sobre a qualidade da produção midiática, iniciativas para o letramento, ou *media literacy*, e propostas que visam estabelecer uma leitura crítica das mídias. De modo análogo, ao

observarmos o alcance do *media criticism*, encontramos a forte presença de críticas ao jornalismo, tanto o impresso como o televisivo e, mais recentemente, o online, por meio de colunas publicadas nos próprios jornais, atividade de *ombudsman* e criação de observatórios de mídia, responsáveis pelo acompanhamento sistemático da produção e desempenho dos meios. É nesse cenário multifacetado e poroso que vemos também a produção acadêmica sobre crítica de jornalismo disposta em diferentes direções: na realização efetiva de análises críticas sobre formas e conteúdos das coberturas jornalísticas; investigação sobre críticas ao jornalismo que circulam com raridade na mídia *mainstream* e agora com mais visibilidade nas redes sociais e em páginas diversas no ambiente online.

Sempre gosto de retornar a James Carey quando ele considera que todas as instituições da sociedade moderna devem ser objetos de crítica, e destaca, com ironia, a veemente resistência do jornalismo em ser criticado. O autor sustenta o argumento de que a imprensa talvez seja a última de nossas instituições importantes ainda por ser criticada (CAREY, 1974, p. 238). E pergunta, lá em 1974: “Por que as pessoas não exercem a crítica do jornalismo como fazem com educação, literatura, cinema, arquitetura, religião?”. Considera que “o que existe de crítica do jornalismo é, ao contrário da literatura, episódico, de qualidade geralmente inferior e sem fundamento em uma tradição”¹ (CAREY, 1974, p. 236). Em seu juízo, “a imprensa é atacada e frequentemente vilipendiada, mas não é objeto de análise crítica fundamentada – nem em público, e raramente dentro das universidades e da própria imprensa” (CAREY, 1974, p. 227)². Ainda nos dias de hoje, na perspectiva da pós-graduação em Comunicação no Brasil, se impõe a urgência de se tomar a crítica de jornalismo como uma tarefa acadêmica.

2.2 Proposições sobre teorias críticas do jornalismo

¹ “Why are people not drawn to the criticism of journalism as they are to education, literature, film, architecture, religion? What criticism of journalism exists is, unlike literature, episodic, of generally inferior quality, and without foundation in a tradition.”

² “The press is attacked and often vilified, but it is not subject to sustained critical analysis -- not in public and rarely within universities or the press itself.”

Antes de entrar especificamente na discussão sobre crítica de jornalismo, gostaria de passar pelo interessante trabalho de Leah R. Vande Berg e Lawrence A. Wenner seu livro *Television criticism: approaches and applications*, anos 90. Considerando que cada possibilidade analítica pressupõe uma perspectiva filosófica, uma experiência histórica, uma aproximação teórica e uma escolha de método, os autores realizam, ao tratarem da crítica de televisão, um empreendimento original para os estudos de mídia. Reconhecendo o amadurecimento das análises sobre televisão, organizam diversas abordagens teórico-metodológicas em que esta mídia é estudada. Mais do que apresentar estudos de caso sobre programas televisivos, os autores demonstram a variedade de gêneros televisivos passíveis de crítica e diversidade de olhares teórico-metodológicos para os estudos de televisão. Eles salientam a singularidade de tais estudos em relação aos pontos de vista assumidos pelos pesquisadores, que trazem para as análises percepções como telespectadores que experienciam maneiras distintas de ver televisão. O conteúdo dos capítulos se estrutura tanto pelos diferentes gêneros televisivos (*serials; soap; children's; drama; comedy; action adventure; news; sports; talk shows; game shows* etc.) como também, e aí o mais interessante, pelo que os autores denominam de métodos críticos, dispondo tais possibilidades críticas em: estudos de autoria; estudos culturais; estudos de gênero; estudos de recepção; dialogismo; análise de discurso; gêneros discursivos; retórica; mitologia; hermenêutica; história; sociologia; etnografia; estruturalismo; tecnologias. Ao empreender essa dupla articulação, o livro nos mostra três aspectos fundamentais para a crítica de mídia hoje: há diferentes modos de se fazer a crítica de mídia; para realizá-la é preciso levar em conta suas condições de produção e recepção; e é necessário considerar objetos concretos em circulação neste ambiente midiático.

Na abertura do livro, uma introdução ao tema *television criticism*, Vande Berg e Wenner discutem a natureza da crítica de televisão e algumas abordagens desta crítica. Ressaltam que a crítica de televisão “não é”: necessariamente negativa; história da televisão; teste de hipótese científica; nem mesmo teoria. Segundo os autores, o objetivo desta crítica é buscar entendimento, explicação e apreciação da televisão como expressão sociocultural e simbólica. Destacam, em contraponto, que a crítica de televisão “é” descrição, análise e avaliação de símbolos, relações e padrões para compartilhar uma perspectiva informada. Dizem ainda que a crítica usa uma variedade de métodos críticos ou abordagens para analisar a televisão e que métodos críticos são

simplesmente ferramentas que críticos usam para organizar suas observações, insights e interpretações e comunicá-las de modo sistemático e eficiente e com bons argumentos sustentados em evidências (VANDE BERG; WENNER, 1991, p. 10 e 11, em livre tradução e de forma condensada). Embora caiba aqui algumas discordâncias quanto a este ‘ser’ e ‘não ser’ crítica de televisão (em especial certa leitura instrumental da ação de criticar), o que acho interessante na proposta destes dois autores é a tarefa em levar a sério o estudo da televisão, valorizando-a como prática midiática e auxiliando a pensar outras mídias, como é o caso específico das mídias noticiosas (radiojornalismo, telejornalismo, jornalismo impresso e online). Me pareceu proveitoso o arranjo que propõem para as abordagens (VANDE BERG; WENNER, 1991, p. 27-37, em livre tradução e de forma resumida):

A - *Abordagens metacríticas*: estudos culturais, hermenêutica e estruturalismo / semiótica

B - *Abordagens críticas*: por gêneros televisivos / autoria; mitológica; histórica; sociológica; retórica; etnográfica; dialógica; em estudos de recepção; estudos de gênero (feminino, masculino etc.); análise de discurso.

Claro que tal separação exige um pouco mais problematização e complexificação, mas colaboram para pensarmos em diferentes combinações teórico-metodológicas no ato da crítica e duvidarmos da opção de abrir mão da ideia de que criticar implica observar mais a negação do que a afirmação.

Outra distinção feita pelos autores diz respeito às modalidades de escrita sobre televisão, separando a *escrita jornalística sobre televisão* da *crítica acadêmica de televisão*. Essa questão tem relevância para este projeto, porque, uma vez inserido no campo maior da crítica de mídia, observamos que é necessário alargar esse universo de possibilidades, tal como destacadas no início quando algumas diferentes instâncias ou modalidades: sobre parâmetros, do “como fazer para criticar”; estudo das críticas de mídia feitas por aqueles especialistas; crítica de mídia como um gênero textual; interações sociais de crítica, nas quais receptores criticam de maneira dispersa e informal materiais veiculados nas mídias; modos de leitura e perfis do público de crítica de mídia; formação de leitores críticos de produtos midiáticos; estudo de “teorias da crítica”; e , em particular, crítica de mídia noticiosa como recurso didático-pedagógico para ensino e formação de jornalistas.

Obviamente a mídia televisão extrapola em suas possibilidades de crítica a prática específica do jornalismo. Temos, porém, muitas outras questões quando a pesquisa se refere às mídias noticiosas. É desta particularidade que passo a tratar a partir deste momento. Em seu livro *Critical conversations: a theory of press criticism*, a pesquisadora norte-americana Wendy Wyatt anuncia, no prefácio, sua intenção de responder ao apelo por uma teoria da crítica de imprensa. Informa que este tipo de teoria não é descritiva, não explica o que é crítica da imprensa e a que finalidade ela serve. Trata-se, na sua proposta, de teoria normativa, que descreve o que a crítica da imprensa deveria ser e a que propósito deveria servir. O livro não quer fazer uma revisão histórica da crítica da imprensa, mas sim propor um procedimento pelo qual críticas devem ser conduzidas. E que isso levaria a autora a um procedimento que requer desvios pela literatura sobre crítica, pelas ideias tradicionais e novas sobre o papel da imprensa e ainda pela teoria política. Wyatt estrutura o livro em três seções. A parte I cobre a paisagem da crítica; a parte II fornece as bases da relação entre a imprensa e a democracia; e a parte III introduz uma teoria do discurso da crítica.

Comentando mais detalhadamente, a *Parte I - O panorama da crítica* tem três capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma definição de crítica de imprensa, uma descrição dos locais para a crítica, uma discussão de cinco domínios de crítica, uma breve visão do modo como os jornalistas historicamente responderam à crítica e introduz o apelo por uma teoria da crítica. No capítulo 2, repassa oitenta anos de demanda por crítica de imprensa, seja por membros da imprensa, instituições sociais e acadêmicos de diferentes campos. Segundo a autora (WYATT, 2007, p.8), até hoje a maioria dos trabalhos sobre críticas à imprensa pode ser dividida em três categorias: a primeira, maior e mais antiga categoria, é a própria crítica; a segunda é a análise da crítica; e a terceira e menos prevalente consiste em argumentos prescritivos ou normativos sobre a crítica da imprensa. O terceiro capítulo revisa esta literatura prescritiva.

A *Parte II – Fundações: Imprensa e Democracia* apresenta as bases filosóficas que sustentam o livro, e se divide também em três capítulos. O capítulo 4 traz alguns dos momentos considerados definidores da teoria normativa da imprensa e como seu desenvolvimento tem se relacionado historicamente com a ideia de democracia. O quinto capítulo avança para a teoria política - particularmente teorias da democracia e, mais especificamente, as teorias da democracia deliberativa – a autora se apoia em Habermas e defende que esse paradigma deveria servir como princípios democráticos

orientadores para as teorias normativas da crítica de imprensa. Também neste capítulo quinto ela introduz o conceito de discurso como fundamental no empreendimento que cria opiniões, decisões e ações intersubjetivamente formadas. No capítulo 6, Wyatt faz conexões entre a democracia deliberativa e o papel que ela coloca para a imprensa, e destaca responsabilidades discursivas da imprensa frente às restrições impostas por um sistema impulsionado pelo mercado.

Na última seção do livro, *Parte III – Uma teoria do discurso da crítica*, a autora introduz, no capítulo 7, a crítica da imprensa como um procedimento discursivo análogo ao procedimento que ocorre entre o Estado e a cidadania em uma democracia deliberativa, apontando aí características particulares de crítica e responsabilidades que os críticos deveriam assumir. No capítulo seguinte, ela delinea três níveis de discurso processual sobre os quais as críticas de imprensa devem ocorrer e discute como o processo de crítica pode ser iniciado (a própria imprensa, os críticos em conversa com a imprensa e o público crítico). De acordo com Wyatt, a maioria dos trabalhos sobre crítica da imprensa pergunta: Quem deve atuar como crítico? Onde deve ocorrer a crítica? Para quem deve ser direcionada a crítica? E tais perguntas precisam mesmo ser abordadas antes que dar início às críticas. É no capítulo 8 que a autora defende o potencial de seu modelo processual de crítica de imprensa. O foco do capítulo 9 cai justamente nas questões ou nos “itens de agenda” que os compromissos com perspectivas discursivas sobre democracia e imprensa demandam. Por fim, o capítulo 10 se propõe a fazer um retrato da teoria da crítica de imprensa, com sugestões para os componentes substantivos do modelo processual específico e itens de agenda recomendados.

A descrição desta proposta de Wyatt está aqui colocada como expressão de uma possibilidade sistematizada para se fazer a crítica de jornalismo. Será obrigatório, no andamento da futura pesquisa pretendida neste projeto, fazer, por minha vez e com vagar, a crítica desta proposição da autora. Não me interessa tanto teorias normativas, mas sistematizações de uma crítica acadêmica. De todo modo, não temos na pesquisa brasileira sobre crítica de mídia noticiosa trabalho similar ao de Wyatt, por isso ele tem sua valia como sistematização de uma crítica acadêmica para analisar coberturas jornalísticas.

Especificamente sobre a crítica de jornalismo no Brasil, revisitamos anteriormente experiências e estudos brasileiros, no artigo “Apontamentos históricos sobre crítica de mídia noticiosa” (BITTENCOURT, W.; SILVA, G., 2015). Resumidamente, retomo esse

percurso, já apresentado mais detalhadamente no projeto anterior, mas que se faz necessário voltar a ele para localizarmos novamente de onde partimos para dar continuidade ao novo projeto de pesquisa. Ressaltamos naquele momento a influência de experiências desenvolvidas nos Estados Unidos, tais como a criação de cargos como o *ombudsman* e a instituição de observatórios de imprensa, como o criado no Brasil por Alberto Dines. Para Dines, falecido recentemente, o pioneiro da atividade crítica sobre o jornalismo no Brasil seria Lima Barreto, que “ousou ridicularizar não apenas as panelinhas literárias que se abrigavam nas redações dos grandes jornais, como também o jogo do poder” (DINES, 1982, p.150). Tal crítica seria capaz de mostrar que o jornalismo, como instituição, “jamais foi uma ferramenta a serviço da sociedade”, estando sempre “adaptada aos escopos de uma competição política que visava apenas à alternância de grupos e não de ideias no comando do processo decisório” (DINES, 1982, p.150).

Na avaliação de José Marques de Melo (1986), também falecido recentemente, seria o próprio jornalista Alberto Dines o pioneiro no *media criticism* brasileiro, por meio da coluna *Jornal dos Jornais*, publicada aos domingos na *Folha de S. Paulo*, entre os anos de 1975 e 1977. Dines acabara de retornar dos Estados Unidos após um período como professor-visitante na Columbia University, em Nova York, no ano acadêmico de 1974-1975, quando foi chamado pelo diretor do jornal, Otávio Frias, para se tornar colaborador da empresa, atuando como “chefe da sucursal do Rio de Janeiro e também para escrever um artigo político diário. Aceitou o desafio (...) e disse que queria fazer uma coluna de crítica de imprensa (...) No domingo seguinte à conversa, foi publicada pela primeira vez a coluna” (LOURES, 2008, p.162-163). O conteúdo era composto de “observações e percepções do nosso cotidiano jornalístico cuja riqueza circunstancial as torna fragmentos indispensáveis à compreensão dos fenômenos que ocorreram naqueles tempos de autoritarismo” (MELO, M. 1986, p.13). Ainda segundo Marques de Melo, o *Jornal dos Jornais* foi um marco dos primórdios do *media criticism* brasileiro. Dines comentava não apenas a atuação do próprio jornal em que trabalhava, mas de toda a mídia, levando em conta o contexto político e social da época. Em função das pressões da ditadura militar, a coluna foi encerrada por decisão dos proprietários dos jornais em 1977. Paralelamente, outras atividades começaram a surgir no país: em 1972 nasceram os *Cadernos de Comunicação Proal*, da Editora e Comunicação Proal, de Manoel Carlos da Conceição Chaparro, Francisco Gaudêncio Torquato do Rêgo e Carlos

Eduardo Lins da Silva, uma publicação sobre a mídia que circulava no meio acadêmico; em 1977, o *Jornal da Cesta*, coluna publicada no jornal alternativo *Pasquim*, e o livro *O papel do jornal*, também de Dines (LOURES, 2008). O conjunto destas experiências, mesmo que isoladas e pouco duradouras, ajudaram a construir o que é conhecido como *media criticism* no Brasil.

Neste novo projeto de pesquisa, o interesse central está no estudo da cobertura jornalística pela perspectiva acadêmica, seja a crítica direta de coberturas específicas (em estudo próprio para publicação artigos científicos ou em trabalho de orientação de teses e dissertações que fazem esta crítica direta), seja a metacrítica, quando estudamos a crítica de coberturas já realizadas por pesquisadores, a exemplo de parte de pesquisa recém-concluída que passo a detalhar no tópico seguinte, a título de exposição de aspectos da crítica acadêmica de coberturas.

2.3 Anotações sobre crítica de cobertura jornalística em periódicos científicos

Muitos artigos científicos do campo dos estudos em Jornalismo tratam de cobertura jornalística. Gostaria de neste momento expor alguns dos resultados a que cheguei em pesquisa realizada na Espanha, no estágio pós-doutoral. Peço licença para apresentar tópicos do texto em espanhol, conforme publicado na revista *Estudios Sobre el Mensaje Periodístico* (SILVA, G.; SÁNCHEZ CALERO, 2018).

► El objetivo fue observar el grado y los procedimientos de crítica de coberturas periodísticas que los autores operan en artículos científicos de cinco revistas académicas de la área de Comunicación en España (*Revista Latina de Comunicación Social, Estudios sobre el Mensaje Periodístico, Zer Revista de Estudios de Comunicación, Anàlisi Quaderns de Comunicació i Cultura y Ámbitos*).

► Para verificar cuales son los grados y procedimientos de crítica de cobertura periodística presentes en las cinco revistas académicas seleccionadas del área de Comunicación en España, fueron elegidos como objetos empíricos aquellos artículos que analizan el tratamiento periodístico realizado en las coberturas, con atención para las siguientes variables: temas de las noticias seleccionadas; tipos de medios; años de las coberturas; métodos y técnicas de análisis adoptadas; perspectivas o enfoques de los análisis; y el grado crítico. Las revistas seleccionadas para el estudio han sido: *Revista Latina de Comunicación Social* – Universidad de La Laguna

(Canarias); *Estudios sobre el Mensaje Periodístico* – Universidad Complutense de Madrid (Madrid); *Zer Revista de Estudios de Comunicación* – Universidad del País Vasco (País Vasco / Biskaia); *Anàlisi Quaderns de Comunicació i Cultura* – Universidad Autónoma de Barcelona (Cataluña); y *Ámbitos Revista Internacional de Comunicación* – Universidad de Sevilla (Andalucía). Revistas editadas en diferentes universidades españolas y que han sido seleccionadas a partir de dos bases de datos (IN-RECS 2011, la más reciente; Google Scholar Metrics 2011-2015), considerando posiciones variadas en los rankings de evaluación. El período de análisis para el estudio fue de cinco años, desde 2011 hasta 2015. El corpus total está compuesto por 791 artículos y el corpus seleccionado para el análisis está configurado en solo 192 artículos, o sea, aquellos artículos que analizan coberturas periodísticas – excluyendo todos aquellos que no trataban de cobertura periodística (pero sí de audiencias, publicidad, cine, redes sociales, programas de ficción, legislaciones, concentración de los medios, sistemas digitales de tv, financiamientos, gestiones etc.).

► **MEDIOS ANALIZADOS:** Considerando el corpus de 192 artículos de las ediciones de 2011 a 2015 de las 5 revistas académicas seleccionadas, podemos ver, en primer lugar, que 125 (66%) de ellos eligen para su muestra a los periódicos (prensa papel o versión digital). Luego le siguen los artículos que estudian la televisión, o sea, los telediarios (19%).

► **AÑOS DE LAS COBERTURAS ANALIZADAS:** Si observamos los años de cobertura periodística más estudiados en estos artículos producidos de 2011 a 2015, vemos que la frecuencia mayor (219 veces) toman para su estudio el quinquenio anterior, el período comprendido entre 2006 y 2010. Vemos también la concentración de la frecuencia de los años en los últimos quinquenios. Eso quiere decir que los artículos se centran mayormente en el estudio y análisis de años recientes a la cobertura periodística.

► **TEMAS DE LOS ARTÍCULOS:** Con relación a los temas de las coberturas investigadas, 104 artículos tratan sobre problemas sociales y 88 se dedican a cuestiones que abordan el trabajo del periodista y de la investigación científica. En el primer grupo, sobre temas sociales, se han mirado cada uno de forma aislada y los temas más destacados son: medioambiente, elecciones, gobierno, mujeres, conflicto/guerra y discriminación. Si lo observamos de forma conjunta, este es el resultado: gobierno/elecciones (24%), medioambiente (13%), conflicto/guerra/terrorismo (13%), mujeres (10%), discriminación (8%) y los otros temas, que juntos ocupan un 29% de los artículos, mientras que los que menos destacan son (política cultural, movimientos sociales, inmigrantes, salud, drogas, educación, jóvenes, tecnología y deporte) con un 5%. Hay un segundo grupo de temas, que buscan analizar en las coberturas aquellos problemas

relacionados con la profesión del periodista o con la investigación científica. En este segundo grupo, se encuentran aquellos artículos relacionados con la forma de hacer periodismo y con otras cuestiones vinculadas con la profesión o a la investigación científica. Podemos observar que una gran parte de los artículos analizados (33%) estudian aquellos temas relacionados con las teorías del periodismo (18%) y con aspectos relacionados con la metodología-teoría (15%). Existen otros trabajos vinculados con cuestiones de la profesión periodística que revelan que existe un mayor interés por las técnicas empleadas en el periodismo (24%); con la política editorial del medio (12%); la ética o deontología periodística (10%); el estudio de las fuentes (8%); el lenguaje y texto (7%) y también -en menor medida- existe un interés por otras cuestiones relacionadas con repensar la propia profesión periodista (6%).

► **GÉNEROS PERIODÍSTICOS:** Sobre los géneros de los textos periodísticos analizados por los autores de los artículos, encontramos que los autores seleccionan preferentemente para su estudio muestras que recojan géneros Informativos – también aquí tuvimos que separar los artículos que trataban en las coberturas periodísticas aquellas cuestiones más teóricas y metodológicas u otras cuestiones (sobre fotografía, recursos tecnológicos o de infoentretenimiento), una vez que a estos artículos no les interesaban discutir los géneros. El resultado de este análisis revela los siguientes datos: el género Informativo ha sido el más estudiado alcanzando un 44% de los artículos de la muestra. Cuando se selecciona el estudio conjunto del género informativo con el de Opinión, ocupan un 18%; mientras que Informativo, Interpretativo y Opinión, 15%; y conjuntamente Informativo e Interpretativo, 3%. En el caso de estudios que aborden solo los géneros de Opinión, los resultados son bastante significativos y alcanzan un 17% del total; y aquellos artículos que estudian solamente el género Interpretativo quedaron en un 3%.

► **MÉTODOS EMPLEADOS POR LOS AUTORES EN EL ANÁLISIS DE LAS COBERTURAS:** De un corpus total de 192 artículos, el método de Análisis de Contenido fue el más utilizado por los autores, en 83 artículos del análisis de las coberturas periodísticas. Aunque solamente se emplea de forma única el método de Análisis de Contenido en 52 artículos, mientras que se representa combinando con el método de análisis de discurso con base en el concepto-teoría *framing* en 31 artículos. Los apuntes sobre métodos fueron hechos de acuerdo con lo que declararon los autores. Una atención especial merece el estudio del método que se emplea en el análisis del discurso. Como se ha citado anteriormente, 31 de los artículos de la muestra de análisis han empleado conjuntamente el método de análisis del discurso (*framing*) con análisis de contenido; mientras otros artículos adoptaron algún otro tipo/teoría de análisis de discurso, incluso algunos

sólo se basaron en el concepto-teoría *framing*, llegando a ocupar un total de 24 artículos – o sea, en 55 artículos los autores trabajaron con el análisis del discurso.

► **PERSPECTIVAS / ENFOQUES DE LOS ARTÍCULOS:** Las perspectivas más frecuentes utilizadas en el enfoque de los artículos recogidos fueron: la sociológica (26% = 50 artículos), ideológica-política (25% = 49 artículos) y Técnica (24% = 46 artículos). Entre los artículos con una perspectiva más sociológica aparecieron otras combinaciones con otros registros, como por ejemplo la perspectiva sociológica-cultural, la más frecuente, seguida de la sociológica-medioambiental y la sociológica-educacional.

► **GRADOS DE CRÍTICA:** En relación al grado de crítica existente en los artículos (alto, medio, bajo), el procedimiento seguido fue señalar la mayor o menor presencia de aspectos críticos planteados por el autor en contra de las coberturas periodísticas analizadas – bien sean por errores técnicos, éticos o por cuestiones editoriales. La lectura de los 192 artículos conlleva una investigación exhaustiva sobre la crítica ejercida y el grado, pero observando en cada artículo la crítica expresada en los siguientes elementos: presupuestos, objetivos, hipótesis, análisis de resultados y conclusiones. O sea, con atención al mayor o menor esfuerzo del autor en problematizar las coberturas periodísticas analizadas, observamos si en los análisis y consideraciones finales el autor retomaba sus objetivos y sus hipótesis, si volvía a sus conceptos centrales, si comparaba los hallazgos con otras investigaciones, si hacía apuntes para otros estudios futuros. Cuanto mayor fuese el número de elementos críticos, más elevado sería el grado en la clasificación establecida. Se logró encontrar 165 artículos con algún grado de crítica. Y se registró también una ausencia de preocupación crítica del autor sobre la cobertura analizada, principalmente en aquellos que se limitaron a hacer una lectura descriptiva de los datos extraídos. Afloraron varios estudios descriptivos (descriptivo-histórico, descriptivo-demostrativo, descriptivo de modelos o descriptivo solamente) en los que no aparecieron reflejados ningún procedimiento o perspectiva crítica (14,1%). Al final es un resultado que no deja de ser interesante, cuando 105 de los artículos manifestaron un alto nivel de crítica.

► Para el análisis cualitativo de ese material, con el objetivo de discutir parámetros y criterios de crítica de la cobertura periodística realizada en el ambiente académico, se seleccionó solo una pequeña muestra de estos artículos (21) en los que residían un alto grado de crítica, donde se realizó un cruce de las variables con filtros y se llegó a una selección final para una investigación más en profundidad. Como era de esperar, se observa como en ellos se reproducen características identificadas en todo el conjunto de la muestra. La perspectiva ideológica-política se encuentra alojada con este epígrafe en 15 artículos. Con una perspectiva

sociológica-cultural aparecen 4 artículos y en la técnica concurren 2. O sea, la mayoría tratan temas referentes a política e ideología (elecciones, referendos, conflictos políticos, corrupción, crisis humanitaria, inmigración, movimiento estudiantil, crisis económica) y los otros discuten cuestiones más relacionadas con temas sociales (tabaco, alcohol, diversidad cultural y discriminación de género) o se dedican a analizar las maneras de hacer periodismo (uso de fuentes y política editorial). Sobre los géneros periodísticos, los 21 artículos analizan el género informativo, aunque 11 lo conjugan con el género de opinión y 6 también analizan el género interpretativo. Con relación al método, el Análisis de Contenido es utilizado en 15 de los 21 artículos, aunque solo en 6 esta metodología aparece sola y en 9 se identifica combinada con algún análisis de discurso; los análisis de discursos son empleados en 9 de los 21 artículos (8 con base en el concepto-teoría *framing*/encuadramiento).

► No siempre los objetivos de los artículos son críticos. También las hipótesis, cuando las hay, no son necesariamente críticas. El término crítica aparece principalmente reflejado (a) en la selección del tema o en las grandes temáticas en las cuales el asunto está inserto, muy relevantes para la vida en sociedades contemporáneas, (b) en los presupuestos que expresan los lugares de partida de los autores y (c) en los propios análisis de los resultados. Eso explica la presencia de un mayor grado crítico. Pero, ¿qué es lo que exactamente los autores están criticando en las coberturas periodísticas? ¿Cómo operan sus críticas?

► Las críticas analizadas de estos 21 estudios académicos sobre las coberturas periodísticas, como ya se ha dicho anteriormente, son de naturaleza político-ideológica, sociológica y técnica. Los autores preparan sus críticas, al fin y al cabo, haciendo exigencias con respecto a responsabilidades sociales: responsabilidad política (17 artículos), responsabilidad con respecto a la ciudadanía (7 artículos), responsabilidad cultural (5 artículos) frente a los problemas de discriminación y prejuicios, responsabilidad ética/deontológica (3 artículos) y responsabilidad como servicio público (2 artículos).

► En términos de contenido, las coberturas periodísticas son criticadas en tres grandes claves que revelan por dentro la operación crítica realizada por los autores de los artículos. En primer lugar (1ª. clave), por las acciones del periodismo como actor político involucrado en los juegos de intereses partidarios, económicos y de poderes hegemónicos. O sea, los textos publicados revelando como los periódicos actúan indebidamente en el sistema político, en los arreglos institucionales y, consecuentemente, perjudicando el equilibrio democrático. Después (2ª. clave), por los encuadramientos adoptados en su acción de formación de la opinión pública, no trabajando contra prejuicios, estereotipos, discriminaciones y contribuyendo en menor grado a

la disminución de las desigualdades, el respeto a las diversidades culturales, a los derechos humanos, al medioambiente y trabajando, como consecuencia, para la manutención del status quo, contra las minorías sociales. Y como (3ª. clave), las coberturas periodísticas son criticadas por lo que les falta y por sus omisiones. En estos casos, los artículos apuntan su mirada crítica a la falta de interés y el silencio en cubrir determinadas cuestiones sociales, el no compromiso con la ética deontológica y, principalmente, la falta de contextualizar los textos publicados, la ausencia de complejidad tanto en los textos informativos, de opinión y aún en los del género interpretativo (grandes reportajes), resultando en simplificaciones y superficialidades. Y, luego, también en contra de las transformaciones necesarias frente al poder hegemónico.

O propósito desta exposição, com muita informação e inúmeros desdobramentos, é chamar a atenção pontualmente para duas questões muito importantes para o projeto de pesquisa ora apresentado – questões que se repetiram em estudo comparativo entre artigos da revista espanhola *Estudios Sobre el Mensaje Periodístico* e os da revista brasileira *Estudos de Jornalismo e Mídia*, em igual período de cinco anos³. Primeiramente, o fato de que o discurso jornalístico tem ocupado o interesse central do pesquisador quando olha materiais divulgados, mais do que outros objetos de pesquisa, como o estudo de fontes jornalísticas, por exemplo. É possível verificar, no entanto, que por trás dos quadros discursivos existem outros problemas de cobertura que também requerem ser tratados como questões de pesquisa na análise de cobertura. E para dar um passo adiante nessa pesquisa, seria necessário discutir, nas investigações sobre tratamentos jornalísticos, o uso quase generalizado do método de Análise de Conteúdo aliado ao método de análise de enquadramento (*framing*, uma teoria-método). Seria de grande valia desenvolver métodos que, mesmo ao analisar materiais publicados/divulgados, levem em conta os problemas de todo o processo de produção, circulação e recepção de notícias. Conforme sinalizei na apresentação inicial deste novo projeto de pesquisa, esta discussão passa pela proposta de um método próprio chamado Análise de Mídia Cobertura (ACJ) - desenvolvido em estudos anteriores (SILVA, G.; MAIA, F.D., 2011; SILVA, G.; MAIA, F.D, 2012; e SILVA, G.; SOARES, R. L., 2013b), que, entre outras coisas, pretende demonstrar não só como a análise de conteúdo é limitada

³ Resultados a serem publicados em artigo no segundo semestre de 2018, intitulado “La crítica de la cobertura periodística en una revista académica española y una revista brasileña”.

para explicar as complexidades e complicações da cobertura jornalística, bem como os riscos envolvidos em generalizar as explicações por meio da análise de enquadramento. Para criticar a cobertura jornalística realizada no Brasil, esse novo método poderia fornecer ferramentas e parâmetros específicos para compreender mais claramente como operar estudos de cobertura jornalística em associação com os demais métodos, inclusive o método análise do discurso, muito utilizado em estudos brasileiros sobre jornalismo. E a respeito deste método ACJ, apresentarei mais detalhes adiante no tópico Procedimentos metodológicos.

A segunda questão é esta que aparece no último tópico dos resultados expostos anteriormente, a das três chaves de críticas às ações do jornalismo na formação da opinião pública: como ator político nos jogos de interesse dos poderes hegemônicos em prejuízo do equilíbrio democrático; nos enquadramentos que reforçam preconceitos e discriminações contra minorias sociais; e seus silenciamentos e omissões na cobertura de determinados problemas da sociedade. Em resumo, são escolhas jornalísticas que reforçam todo tipo de hegemonia (de classe, gênero, ocupação de espaço, educação, direitos etc.) e manifestam seu desinteresse em trabalhar para a diminuição das desigualdades sociais – o que é ainda muito mais grave quando se trata de jornalismo em país tão socialmente desigual como o Brasil.

2.4 Considerações sobre hegemonia, contra-hegemonia e contra-informação

Causa até estranheza reler os motivos que levaram alguns pesquisadores brasileiros da área de Comunicação em 1981 a escolherem a questão da hegemonia para discutirem num ciclo de estudos da INTERCOM, inserido no tema “Comunicação, hegemonia e contra-informação”. O livro resultante do evento foi organizado por Carlos Eduardo Lins da Silva em 1982 e traz textos de Gabriel Priori Neto, Anamaria Fadul, Thomas Farkas, Regina Festa, Ciro Marcondes Filho, Albino Rubim, Fernando Santoro, Jean-Claude Bernardet, Laurindo Leal Filho, Alberto Dines, Armand Matellart, Javier Esteinou Madrid, Niunvenius J. Paoli, entre outros tantos juntos (também a lista de presença de participantes no evento ao final do livro é interessante de ser observada). O estranhamento se dá menos pelo que perdeu força no caminho dos anos, como a esperança nos sindicatos, no movimento camponês, na luta operária, nos partidos políticos, na imprensa alternativa – muito mais cheios de vigor naquele momento

histórico de saída gradual da ditadura. O estranhamento se deve mais à permanência da mesma necessidade de enfrentamento de grandes problemas sociais brasileiros, como a desigualdade social e a disposição intelectual em pensar nesta necessidade o lugar dos meios de comunicação, em especial do jornalismo.

Neste quadro de desigualdades sociais, o problema não se trata, na opinião de Rafael Litvin Villas Bôas, somente de antagonismo entre uma realidade arcaica marcada pela condição colonial e periférica e a inserção do país no sistema mundo, “mas de uma relação recorrente entre otimismo e frustração, esperança e ceticismo, orgulho e vergonha, que articula na vida política brasileira o elo entre a pregação civilizatória e a legitimidade da violência do Estado, do populismo e a força bruta” (VILLAS BÔAS, 2015, p. 41 – texto que tem como título “O novo ciclo da modernização conservadora e a centralidade da indústria cultural no contexto de reconfiguração da hegemonia”). O anseio histórico de redução das desigualdades continua sendo apenas uma hipótese na sociedade brasileira. Por isso, a validade do debate sobre as fissuras da hegemonia, suas contradições e as perspectivas contra-hegemônicas na atualidade.

Pela mesma razão, se mostram tão válidas as palavras na introdução do livro organizado por Lins da Silva. Como se tirando a poeira, se levanta e reverbera a relevância da mídia na luta contra-hegemônica, uma luta “pensada não tanto no interior como fora do sistema de comunicação. Neste momento da vida brasileira, articular a compreensão do papel dos meios de comunicação na sociedade e numa política de emancipação é uma tarefa cada vez mais urgente” (LINS DA SILVA, C. E. L., 1982, p. 10). Tomando o conceito de contra-informação, Lins da Silva o localiza desde a “guerrilha receptiva” de Eco (ou seja, o fornecimento de instrumentos ao consumidor para que ele possa fazer uma decodificação crítica das mensagens veiculadas pelos meios de comunicação) até a utilização marginal dos meios de comunicação (ou seja, a operação clandestina, fora do circuito normal, a criação de meios populares próprios de transmissão de informações), passando pela ocupação dos espaços e brechas deixados nos meios de comunicação como estão constituídos (LINS DA SILVA, 1982, p. 13).

Ou, em citação que Lins da Silva faz de P. Baldelli, a contra-informação pressupõe um processo que visaria “garantir a circulação de informações sobre situações de classe, à margem dos canais controlados pelo poder constituído e também utilizando os espaços que as contradições da burguesia oferecem no seio desses canais” (idem, p.14). Lins da Silva apostava, então, que o futuro da pesquisa em comunicação dependeria

deste referencial teórico que lida com a contradição, compreende o fenômeno da hegemonia e confere relevância à contra-informação. Se naqueles dias dizia-se que o momento histórico era o da transição do autoritarismo para a democracia, como podemos pensar as tensões entre hegemonia e contra-hegemonia na segunda década do século XXI? – neste tempo de instabilidades na democracia brasileira, de novos e complexos movimentos sociais e de ambiente comunicacional turbinado pela mídia online e pelas redes sociais. Podemos dizer que no Brasil, hoje, há várias experiências de veículos jornalísticos marginais, alternativos, independentes ou, se preferirmos, contra-hegemônicos. Veículos nativos digitais, criados já em ambiente online. Algumas teses e dissertações na área do Jornalismo vem tomando, mesmo que timidamente, esses outros jornalismo como objeto de estudo (por exemplo, a dissertação “Tensões entre o alternativo e o convencional: organização e financiamento nas novas experiências de jornalismo no Brasil”, de Mariana da Rosa Silva, que mapeia 30 iniciativas criadas entre 2013 e 2015 no país, com estudo de caso aprofundado sobre os coletivos Cidades para Pessoas e Revista Vaidapé). O desafio que se impõe é trabalhar hegemonia e contra-hegemonia tanto em termos de veículos como de coberturas. Ou seja, lidar na pesquisa com veículos hegemônicos versus veículos contra-hegemônicos – com toda sorte de dificuldade de produção e distribuição, mesmo online – e também com coberturas jornalísticas contra-hegemônicas que se dão tanto em veículos alternativos (fora da mídia *mainstream*) como dentro da grande imprensa, nas tais brechas dos meios de comunicação de massa de que falava Lins da Silva.

A reflexão inicial do lugar do jornalismo nas lutas por hegemonia, como sabemos, vem de Gramsci. Segundo Denis de Moraes, já em textos anteriores aos Cadernos do cárcere, Gramsci “demonstra ter exata noção do papel-chave da imprensa como aparelho privado de hegemonia sob influência de classes, instituições e elites hegemônicas” (MORAES, 2010, p.63).

Nos Cadernos do cárcere, Gramsci (2000a, p. 78, grifos do autor) retoma as análises sobre a imprensa, qualificando-a como “a parte mais dinâmica” da superestrutura ideológica e caracterizando-a como “a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a frente teórica ou ideológica”, ou seja, um suporte ideológico do bloco hegemônico. Enquanto aparelhos político-ideológicos que elaboram, divulgam e unificam concepções de mundo, jornais e revistas cumprem a função de “organizar e difundir determinados tipos de cultura” (GRAMSCI, 2000a, p. 32, grifos do autor), articulados

de forma orgânica com determinado agrupamento social mais ou menos homogêneo, o qual contribui com orientações gerais para a compreensão dos fatos sociais (MORAES, 2010, p.65).

O jornalismo integral de Gramsci sobressai como aparelho privado de hegemonia, na medida em que procura intervir no plano político-cultural para organizar e disseminar informações e ideias que concorrem para a formação do consenso em torno de determinadas concepções de mundo (MORAES, 2010, p.66).

Quando penso hoje em práticas alternativas ou independentes de jornalismo, estou colocando atenção especialmente em ações contra-hegemônicas no enfrentamento de consensos conservadores, elitistas e anti-democráticos que circulam fortemente pela sociedade brasileira estimulados pela mídia tradicional. Quando penso na possibilidade de práticas jornalísticas em caráter de contra-informação, olho justamente para a quebra de tais consensos – e não me refiro às novas iniciativas de verificação e checagem contra as *fake news*, uma vez que são iniciativas muito pouco desinteressadas, respondendo a motivações comprometidas.

Parcela preponderante da mídia quer reduzir ao mínimo o fluxo de ideias contestadoras – por mais que estas continuem existindo. A meta precípua é esvaziar análises críticas e expressões de dissenso, evitando atritos entre as interpretações dos fatos (notadamente os que afetam interesses econômicos, corporativos e políticos) e seu entendimento por parte de indivíduos, grupos e classes. O controle ideológico dificulta a participação de outras vozes no debate sobre os problemas coletivos, pois se procuram neutralizar óticas alternativas, principalmente as que se opõem à supremacia do mercado como âmbito de regulação de demandas sociais (MORAES, 2010, p.68).

As ações contra-hegemônicas vêm para instituir, ainda de acordo com Moraes, o contraditório e a tensão no que até então parecia unísono e estável. E o autor continua:

Simultaneamente, existem pontos de resistência aos discursos hegemônicos que abrem horizontes de irradiação, sobretudo através da utilização de tecnologias digitais. A começar por meios, redes,

suportes e plataformas que se apropriam de ferramentas tecnológicas para disseminar, pelos quatro quadrantes, informações e ideias que valorizam a consciência social, as causas comunitárias e os direitos da cidadania. A comunicação virtual vem somar-se (jamais substituir ou suplantar) a fontes de veiculação alternativa, instituindo formas colaborativas e não mercantis de trabalho informativo e cultural. Estes veículos podem ser incluídos na categoria gramsciana dos aparelhos privados de hegemonia. São organismos coletivos, de natureza voluntária e com diretrizes convergentes, que procuram dar visibilidade às convicções sobre a necessidade de uma ordem pública fundada na partilha equânime das riquezas, na participação social e no pluralismo cultural (MORAES, 2010, p.74).

Há, por exemplo, tipos de veículos e experiências de coberturas jornalísticas que conseguem, em termos de produção, se contrapor a consensos como os da ocupação urbana como prerrogativa do capital, optando pela cobertura de disputas por ocupação de espaços nas cidades pela angulação de moradia como direito – ou melhor, com o reconhecimento do direito à moradia como maior do que o direito à propriedade. Por outra via, o trabalho de pesquisa acadêmica em crítica de coberturas pode explicitar, demonstrar e, de certa forma, denunciar as coberturas de veículos hegemônicos que muito claramente sustentam a desigualdade social, como ocorre na cobertura de homicídios de pessoas das classes pobres.

Volto a Moraes:

As prioridades deste Estado ético-político são a inclusão social, a repartição igualitária das riquezas e da terra, o respeito às tradições culturais, a soberania dos recursos naturais, defesa dos bens públicos comuns e a democratização dos acessos à informação, ao conhecimento e à tecnologia. Nesse cenário de progressiva revalorização da missão éticopolítica do Estado, é fundamental a interferência cada vez maior das forças reivindicantes no interior da sociedade civil e junto ao poder público, com dois objetivos: a) discutir e reavaliar a centralidade da comunicação no processo de desenvolvimento sociopolítico e cultural; b) pressionar por medidas efetivas em favor da democratização da informação e da produção cultural. Significa desenvolver batalhas permanentes por uma comunicação plural e não oligopolizada, no quadro geral das lutas por outra hegemonia, fundada na justiça social e na diversidade.

Porém, acrescento, a discussão nos obriga a pensar também os “poderes difusos” na sociedade, muitas vezes mais capazes de promover transformações do que atual

Estado brasileiro, tais como as mudanças alcançadas pelos diferentes movimentos sociais. É dentro deste escopo que interessa à pesquisa estudar silenciamentos e enquadramentos de coberturas jornalísticas em mídia *mainstream* e em mídias alternativas, procurando mostrar tanto as escolhas das coberturas que reforçam todo tipo de hegemonia (de classe, gênero, ocupação de espaço, educação, direitos etc.), como também as ações de cobertura em favor de grupos minoritários e da diminuição das desigualdades sociais.

3. OBJETO DE ESTUDO e OBJETIVOS

O **OBJETO DE ESTUDO** deste novo projeto de pesquisa centra-se na investigação da crítica de cobertura jornalística pela perspectiva acadêmica, com atenção em (1) questões de método para analisar e criticar coberturas e (2) ações de contra-hegemonia observadas em coberturas jornalísticas no contexto da grande desigualdade social brasileira. Como dito acima, em termos mais específicos, pode-se dizer que a pesquisa volta-se para silenciamentos e enquadramentos de coberturas jornalísticas em mídia *mainstream* e em mídias alternativas, procurando mostrar tanto as escolhas das coberturas que reforçam todo tipo de hegemonia (de classe, gênero, ocupação de espaço, educação, direitos etc.), como também as ações de cobertura em favor de grupos minoritários e da diminuição das desigualdades sociais.

São estes os **OBJETIVOS**:

- (1) enfrentar o próprio conceito de crítica no campo da cultura midiática e, em particular, no jornalismo;
- (2) aperfeiçoar aspectos metodológicos de se fazer a crítica de coberturas específicas – em práticas de crítica ou em trabalho de orientação de teses e dissertações que fazem esta crítica direta – (aprimorar o método Análise de Cobertura Jornalística (ACJ));
- (3) analisar críticas de especialistas e do público observando aportes técnicos em correlação com a crítica acadêmica;

(4) fazer *crítica da crítica acadêmica* de coberturas já realizadas, identificando as diferentes teorias críticas as orientam;

(5) situar a crítica de jornalismo no debate sobre hegemonia e nas ações de contra-hegemonia das coberturas jornalísticas no contexto da grande desigualdade social brasileira.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos se amparam em estudos da crítica de mídia e do jornalismo inseridos na área da cultura midiática, com interesse em critérios, modalidades e teorias de crítica de cobertura jornalística. Para dar conta de responder aos objetivos propostos, a operação teórico-metodológica e epistemológica sobre a crítica de cobertura jornalística se organizará em quatro movimentos:

I- aprofundar o estudo sobre o conceito de crítica

II - aperfeiçoar o método Análise de Cobertura Jornalística – ACJ* (*ver logo abaixo*)

III - verificar quais perspectivas críticas orientam críticas acadêmicas de coberturas jornalísticas

IV – praticar a crítica de cobertura jornalística observando especialmente ações de contra-hegemonia no contexto da grande desigualdade social brasileira

Tais escolhas metodológicas se orientam pela perspectiva epistemológica que busca dar conta da correlação entre críticas de coberturas jornalísticas particulares e teorias críticas. Preciso voltar a questões já apresentadas no projeto anterior de modo a explicitar novamente as razões de algumas das opções metodológicas. Conforme percepção de Braga, deveríamos “abandonar juízos totalizantes sobre os meios de comunicação, endereçando-os aos produtos midiáticos” (BRAGA, 2006, p. 17). O que Braga sugere é irmos da análise generalizante para aquela mais específica, recortando das mídias produtos singulares, a fim de reconhecer o repertório ali articulado – “Quanto mais desenvolvidos sejam os dispositivos críticos, mais provavelmente eles se voltam para uma análise de produtos específicos (e menos para análises do meio em sua generalidade)” (BRAGA, 2006, p. 61). Ainda segundo Braga, “fazer perguntas mais específicas sobre produtos singulares é o que viabiliza perceber estruturas diferenciadas, fazer julgamentos mais finos sobre qualidade e mais relacionados a

critérios expressos (uma vez que ‘qualidade’ não é um valor absoluto ou definível na ausência de referências sociais)” (BRAGA, 2006, p. 53).

A tensão entre análises de particulares e de totalidades foi tratada por Vera França em artigo que discute o caráter cíclico das abordagens críticas da comunicação nos últimos quarenta anos no Brasil, reafirmando a importância do resgate de olhares mais abrangentes, capazes de interpretar as práticas comunicativas na sua relação com a manutenção e a mudança social. Lembra que nos anos 1970 e 1980, as teorias denunciavam a mercantilização da cultura, o esvaziamento do simbólico, as disputas por hegemonia na interpretação da realidade. “Os 20 anos seguintes foram marcados por certo abandono do viés crítico, em favor de abordagens mais pontuais, do tratamento de aspectos mais recortados do processo e do produto comunicativo” (FRANÇA, 2014, p.101).

Amparada nas reflexões recentes de Boltanski (2009), França sugere acolher a síntese realizada pelo sociólogo francês quando, depois de longa trajetória em direção a práticas específicas, ele se volta para a mútua dependência e a complementaridade entre a “crítica” e a “metacrítica”, pondo em destaque os limites da sociologia pragmática da crítica, uma vez que se perde nela a noção de totalidade – e sem essa perspectiva abrangente não se conseguiria passar da crítica fragmentada e particular dos atores a uma visada crítica global da sociedade. França vem reclamar por uma permanente visada crítica nos estudos comunicacionais, “uma perspectiva que, atenta ao específico e ao singular, não se feche em objetos e raciocínios autossuficientes, e possa sempre reenviar esses objetos ao contexto maior no qual eles existem, atuam, condicionam e sofrem condicionamentos” (FRANÇA, 2014, p.114). Também Braga conclui, ao final, pela necessidade de “uma construção conceitual do trabalho crítico-interpretativo, baseada em referências aos principais processos e perspectivas vigentes do ‘fazer crítica’ sobre mídia” (BRAGA, 2006, p. 67), que seria uma construção conceitual elaborada para ampliação e diversificação do escopo da crítica, em função de seus objetivos sociais. Com esta revisão, me preocupo em reforçar a ideia de que os procedimentos metodológicos adotados não perdem de vista esta conjugação entre críticas a coberturas específicas e teorias críticas que as sustentam.

* *Considerações sobre o método Análise de Cobertura Jornalística - ACJ**

O método *Análise de Cobertura Jornalística* (ACJ) (SILVA, G.; MAIA, F.D., 2011; SILVA, G.; MAIA, F.D., 2012; SILVA, G.; SOARES, 2013b) precisa ser aperfeiçoado e avançar em seus dois últimos níveis, que ainda estão em sua forma preliminar, sem serem testados e complexificados teoricamente. Concebemos e experimentamos o método para examinar como um determinado veículo estrutura a cobertura de assuntos em geral ou de acontecimentos factuais específicos, explorando as marcas das técnicas e estratégias de apuração, composição, disposição e, conseqüentemente, angulação da notícia nas páginas do veículo – o método até o momento foi direcionado para o jornalismo impresso, mas vem sendo adaptado para coberturas de outra natureza, como televisiva, online etc. Com isso discutimos o próprio conceito de cobertura jornalística. O método se organiza em um protocolo que tenta verificar aspectos do processo produtivo da notícia, procurando (a) não deixar que tais aspectos fiquem subsumidos na opção pela Análise de Conteúdo, (b) não adotar um conceito reducionista de *newsmaking* e (c) não esquecer as opções e decisões de cobertura para a compreensão do discurso jornalístico delas resultante.

O método ACJ pode ser empregado em análise de matérias jornalísticas sobre qualquer tema/assunto/acontecimento. Também é indicado para comparar tais marcas em diferentes veículos, seja sobre um caso particular no momento presente ou sobre temáticas que se repetem. Além disso, comporta o estudo de processos produtivos do passado, bem como de transformações na cobertura ao longo do tempo, sobretudo quando o *corpus* envolve um recorte temporal extenso. Quando há ênfase no contexto sócio-histórico-cultural, possibilita relacionar a produção à influência de forças conjunturais, como na pesquisa sobre textos jornalísticos produzidos durante a ditadura militar, períodos eleitorais, grandes eventos, desastres naturais, guerras, entre outros. Seu protocolo metodológico ajuda também a identificar e tipificar especificidades da atividade jornalística, mapeando tendências e possíveis lacunas na obtenção, averiguação e apresentação das informações. Com a aplicação da ACJ busca-se investigar a conformação do acontecimento jornalístico que se dá já nas estratégias e técnicas de apuração, composição e disposição visíveis no produto publicado / divulgado. Importante a ressalva de que nem todos os aspectos implicados no processo produtivo podem ser acessados através do produto.

De modo resumido, no 1º nível/**MARCAS DA APURAÇÃO** observa-se (1) ASSINATURA: local (repórter da matriz da redação); correspondente; enviado especial;

colaborador; agência de notícias; não assinado. (2) LOCAL DE APURAÇÃO/acesso do jornalista ao local do acontecimento: se apuração *in loco* ou não; (3) ORIGEM DA INFORMAÇÃO: trata das fontes consultadas, de sua natureza (humana, documental ou eletrônica) e sua posição, observando-se (a) *Informações em primeira mão*: com fontes do poder público, fontes institucionais, fontes cidadãs, fontes especializadas/comentadores, assessoria de imprensa, fontes não-convencionais e recursos alternativos (disfarce, infiltração etc.). (b) *Informações de segunda mão*: com agências de notícias, outros veículos jornalísticos, publicações científicas, documentos impressos e eletrônicos, informações obtidas na internet, material de reedição e de republicação, publicação de conteúdo de outros veículos. No 2º nível/**MARCAS DA COMPOSIÇÃO** são observados (1) GÊNERO JORNALÍSTICO / NATUREZA DO TEXTO INFORMATIVO: nota; notícia/matéria; fotonotícia/fotolegenda; entrevista; reportagem; reportagem especial/dossiê. (2) LOCALIZAÇÃO DO TEXTO NO VEÍCULO/DESTAQUE: página par ou ímpar; quadrante superior direito/esquerdo, inferior direito/esquerdo; metade superior ou inferior; página inteira; várias páginas (quantas); editoria/caderno ou seção; manchete, chamada de capa ou apenas texto. (3) RECURSOS GRÁFICOS-VISUAIS (próprios de agência de notícias, de assessoria de imprensa ou de outra fonte, conforme a classificação do item três): fotografia; gráfico ou tabela; boxe; infográfico; imagem não-fotográfica (como ilustrações e montagens). E, por fim, no 3º nível/**MARCAS DA CONTEXTUALIZAÇÃO** analisa-se: (1) *Contexto interno*: caracterização visual, editorial e organizacional do veículo/empresa. Pode incluir aspectos como perfil da redação, rotinas produtivas, orientações editoriais expressas, tiragem, área de abrangência, estrutura de produção própria, público-alvo, formato do produto, se produto segmentado/dirigido. (2) *Contexto externo*: caracterização do tema/fato/assunto específico da cobertura e da conjuntura sócio-histórico-cultural envolvente.

É justamente nesta contextualização mais ampla que se pode entrar em questões de ordem mais sociológica, política e cultural da cobertura jornalística e criticar o jornalismo no tratamento dos problemas ligados ao não enfrentamento das diversas hegemonias que impedem a diminuição dos diferentes tipos de desigualdade social.

5. RESULTADOS ESPERADOS

Para além de buscar **responder aos objetivos de pesquisa elencados**, espera-se com a execução deste projeto:

1. Participação em eventos científicos, com divulgação de resultados parciais da pesquisa.
2. Produção de artigos científicos para publicação em periódicos ou livros, durante a pesquisa e após sua finalização.
3. Fortalecimento da Linha de Pesquisa “Jornalismo, Cultura e Sociedade” do POSJOR/UFSC e do Grupo de Pesquisa “Crítica de Mídia e Práticas Culturais” (no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq).
4. Incorporação da experiência de pesquisa e das conclusões do estudo no trabalho de formação de doutorandos e mestrandos por mim orientados no POSJOR/UFSC, na disciplina de “Metodologia da Pesquisa em Jornalismo”, ministrada por mim na Pós-Graduação, e no trabalho com graduandos em projetos de Iniciação Científica /PIBIC.
5. Aperfeiçoamento da disciplina optativa “Crítica de Jornalismo”, no Curso de Graduação em Jornalismo da UFSC.

6. CRONOGRAMA / PLANO DE TRABALHO

2019

- ▶ Pesquisa bibliográfica: referenciais teóricos sobre o conceito de crítica, sobre crítica de mídia, crítica de jornalismo, hegemonia, contra-hegemonia e desigualdade social
- ▶ Aperfeiçoamento do nível 2 do método ACJ
- ▶ Coleta de materiais observáveis: seleção de experiências de críticas de cobertura jornalística e seleção de exemplares (artigos ou tese/dissertações) de crítica acadêmica de coberturas realizadas pela imprensa brasileira

2020

- ▶ Continuação da pesquisa bibliográfica
- ▶ Definição do quadro teórico de referência
- ▶ Ampliação da coleta de materiais observáveis, se necessária
- ▶ Descrição dos materiais coletados
- ▶ Análise dos materiais buscando por aportes teóricos e técnicos da crítica noticiosa e observando diferentes hegemonias nas coberturas e ações contra-hegemônicas
- ▶ Notações sobre métodos e teorias nos modos de a pesquisa acadêmica fazer a crítica de coberturas jornalísticas particulares
- ▶ Aperfeiçoamento do nível 3 do método ACJ
- ▶ Divulgação de resultados parciais em eventos científicos e/ou em publicações

2021

- ▶ Continuação de aperfeiçoamento do nível 3 do método ACJ
- ▶ Articulação de análises particulares de coberturas jornalísticas e teorias críticas
- ▶ Sínteses de críticas de coberturas jornalísticas com ênfase nas ações contra-hegemônicas
- ▶ Divulgação de resultados consolidados em eventos científicos e publicação em periódicos, livro ou capítulo de livro.
- ▶ Elaboração do Relatório Técnico-científico

7. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO (incluídas as REFERÊNCIAS deste projeto)

- ABRAMO, P. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ALBUQUERQUE, A.; LADEIRA, J. D. M.; SILVA, M. A. R. *Mediacriticism à brasileira: o Observatório da Imprensa*. X Reunião Anual da Compós, Brasília, 2001. Anais.
- BARATTA, G. *Antonio Gramsci em contraponto*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- BASTOS, M. D.; GONÇALVES, F. C. (orgs.). *Comunicação e disputa por hegemonia: a indústria cultural e a reconfiguração do bloco histórico*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- BERNARDO PANIÁGUA, José Maria et all. *Critical discourse analysis of mídia texts*. Espanha: Universitat de València; United States: University of Minnesota, 2007. LynX -A Monographic Series in Linguistics and World Perception.
- BITTENCOURT, W. C. Critérios de crítica de mídia noticiosa: uma investigação a partir da polêmica do livro didático. 2014. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- BLUM, A. Observatório da imprensa na internet: uma leitura crítica da mídia brasileira. *Comunicação & Educação* (São Paulo), v.15, nº.3, 2010.
- BOLTANSKY L. *De la critique. Précis de sociologie de l'émancipation*. Paris: Gallimard, 2009.
- BORNHEIM, G. As dimensões da crítica. In: MARTINS, M. H. *Rumos da crítica*. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2007. p. 33-45.
- BRAGA, J. L. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006.
- BROWN, Mark. Between journalism and art: the location of criticism in the twenty-first century. In: *Theatre criticism: changing landscapes*. Bloomsbury Publishing, 2016.
- BUCY, Erick P.; D'ANGELO, Paul; BAUER, N. M. Crisis, credibility, and the press: a priming model of news evaluation. SAGE. *The International Journal of Press/Politics*. SAGE. 2014. v. (19), nº.4. 453-475.
- CANDIDO, A. O socialismo é uma doutrina triunfante. *Jornal Brasil de Fato* (entrevista). São Paulo, SP. Edição 435, jun.-jul. 2011.
- CAREY, J. Journalism and criticism: The case of an undeveloped profession. *The Review of Politics*, 36, 1974, p.227-249.
- _____. Scholarship, Research and Journalism: an interview to David McKnight. *Australian Journalism Review* 22(2) 2000.
- CARLSON, M. Embedded links, embedded meanings: social media commentary and news sharing as mundane media criticism. *Journalism Studies*, published online 20 Apr 2016. DOI: 10.1080/1461670X.2016.1169210.

- CARLSON, Matt. Media criticism as competitive discourse – defining reportage of Abu Ghraib scandal. *Journal of Communication Inquiry*. SAGE. 2009, v.33. nº.3.
- CHRISTOFOLETTI, R. Dez impasses para uma efetiva crítica da mídia no Brasil. Anais do 26. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte - MG, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003. Anais.
- CHRISTOFOLETTI, R.; DAMAS, Susana Herrera. Media watchers: a profile of press criticism in Latin America. *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 2, n. 2, p.11-28, jun. 2006.
- COLLON, Michel. *!Ojo con los media!* Bruxelles: Editions, 2002.
- CRAFT, Stephanie. VOS, T. P.; Wolfgang, J. D. Reader comments as press criticism: implications of the journalistic field. *Journalism (Sage)*, 1-17, 2015.
- DAVIN, S. & JACKSON, R. (ed.). *Television and criticism*. Bristol: Intellect Books, 2008.
- DIDI-HUBERMAN, G. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- DINES, A. Mediacriticism: um espaço mal-dito. In: LINS DA SILVA, C. E. *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo: Editora Cortez, 1982. p. 147-154.
- _____. 85 anos de crítica de mídia. 2002. Disponível em:
<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mt201120021.htm> Acesso em: 15 jul. 2018.
- EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. São Paulo: UNESP, 2005.
- _____. *A função da crítica*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. *A tarefa do crítico: diálogos com Terry Eagleton*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- EMERECIANO, Carolina Bagio et all. Quem critica a mídia: um levantamento dos observatórios de imprensa no Brasil. XVI Congresso das Ciências da Comunicação na Região Sul Joinville, SC, 2015. *Anais*.
- EGAÑA ETXEBERRIA, Ibon. ¿Hay muerto la crítica? Una aproximación sociológica a los problemas de legitimación de la crítica periodística. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, Madrid. 2014, v.20. nº. 2. 1013-1028.
- FONSECA, M. *Gramsci's critique of civil society - towards a new concept of hegemony*. Abingdon: Routledge, 2016.
- FEDOROV, Alexander. Ideological and philosophical analysis of the functioning of media in society and media texts on media education classes. *European Journal of Philosophical Research*, 2016, V. (5), Is. 1. p. 4-12. DOI: 10.13187/ejpr.2016.5.4 www.ejournal17.com
- FEDOROV, Alexander; LEVITSKAYA, Anastasia. The framework of media education and media criticism in the contemporary world: the opinion of international experts. *Revista Comunicar (España)*, nº.45, v. XXIII, 2015.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain. Crise da crítica e declínio do paradigma estético da modernidade. XXV Encontro Anual da Compós /Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação, 2016. Goiânia, Go. *Anais*.

FONTES, Virginia. Intelectuais e mídia – quem dita a pauta? In: COUTINHO, Eduardo Granja (Org.). *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p 145-161.

FRANÇA, V. R. V. Crítica e metacrítica: contribuição e responsabilidade das teorias da comunicação. *Matrizes*, São Paulo, v. 8 - nº 1 jan./jun. 2014.

FREITAS, J. M. M. A crítica na tradição norte-americana (*journalism review*). *Cadernos de Jornalismo e Editoração*. V. 12, n. 28, dez. 1991, p. 87-99.

GOLDSTEIN, T. *Killing the messenger: 100 years of media criticism*. Nova York: Columbia University Press, 2007.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, 6 vols. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2002. Volume 2 - *Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*.

GUERRA, J. L. *Breves notas sobre a crítica de mídia no Brasil: critérios de análise e a proposta de uma rede universitária de observatórios de imprensa*. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2005. *Anais*.

GUIMARÃES, C. C. *Jornalismo e luta de classes: Desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia*. 2015. 331 p. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

_____. Comunicação alternativa a quê? Notas sobre contra-hegemonia no campo da comunicação. XXVI Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação (COMPÓS), São Paulo, 2017. *Anais*.

HARO, Fernando de. Un modelo para el análisis cuantitativo y cualitativo del mensaje periodístico en los noticieros de televisión. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, Madrid. 2014, v.20. nº. 2. 771-787.

JAMBEIRO, O.; BRITTOS, V.; BENEVENTUTO JR.(orgs.). *Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia*. Salvador: EUDFBA, 2005.

JAWSNICKER, C. *Cadernos de Jornalismo e Comunicação: iniciativa precursora de media criticism no Brasil*. Alceu, Rio de Janeiro, p.150-158, 2008.

KAUN, A. “I really don’t like them” – Exploring citizen’s media criticism. *European Journal of Cultural Studies*. SAGE, 2014, v.17(5). 489-506.

KUYPERS, J. A. (ed). *Rhetorical criticism – perspectives in action*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2016. Serie Communication, media and politics.

LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A. De fontes a agentes jornalísticos: a crítica de uma metáfora morta. *Intexto* (Porto Alegre). 2014, nº.34. p. 606-622.

- LEENHARDT, J. Crítica de arte e cultura no mundo contemporâneo. In: MARTINS, M. H. *Rumos da crítica*. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2007. p. 19-28.
- LICHTENSTEIN, D. The mental mapping of Europe: do transnational media events matter? In: B. Mitu; S. Poulakidakos, S. *Media events: a critical contemporary approach*. London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 117-133.
- LIGUORI, G.; VOZA, P. *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (coord.). *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo: Cortez / INTERCOM, 1982.
- LOURES, A. C. C. Pequena história da crítica de mídia no Brasil. Um observatório, mais observatórios. In: CHRISTOFOLETTI, R.; MOTTA, L. G. *Observatórios de mídia*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 19-38.
- MACHADO, A. Televisão: a questão do repertório. In: BORGES, G. e REIA-BAPTISTA, V. *Discursos e práticas de qualidade na televisão*. Lisboa: Livros Horizonte/UAL-Ciac, 2008, p. 23-45.
- MARCONDES FILHO, C. *Mediacriticism* ou o dilema do espetáculo de massas. In: AIDAR PRADO, J. L. (org.). *Crítica das práticas midiáticas*. São Paulo: Hacker, 2002, p.14-26.
- MARTINS, M. H. *Rumos da crítica*. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2007. p. 33-45.
- MELO, J. M. de. Apresentação. In: DINES, A. *O papel do jornal: uma releitura*. São Paulo: Summus Editorial, 1986.
- MONI, R. B. *Jornalismo - Antonio Gramsci*. São Paulo: Scoertecci Editora, 2016.
- MORAES, D. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.
- MORAES, D. *Crítica da mídia & hegemonia cultural*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2016.
- MOTTA, L. G. Crítica da mídia: da resistência civil ao desenvolvimento humano. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, L. G. *Observatórios de mídia*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 19-38.
- NEWCOMB, H. (ed.). *Television – The critical view*. 7th ed. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- OGASSAWARA, Juliana Sayuri. Tempos críticos: intelectuais e imprensa nas páginas de *Le Monde Diplomatique*. *Contracampo* (Rio de Janeiro), v,34, nº.3, 2015.
- OLIVEIRA, M. M. C. Metajornalismo... ou quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso. 2007. 347 f. Tese (Doutoramento) - Universidade do Minho, Braga, 2007.
- PAGANOTTI, I.; SOARES, R. L. Metacrítica midiática: reflexos e reflexões das imagens em Black mirror. In: *Por uma crítica do visível*. / Rosana de Lima Soares / Mayra Rodrigues Gomes (orgs.); autores Andrea Limberto ... [et al.]. São Paulo: ECA/USP, 2015. Selo Kritikos.

- PANIAGUA, J. M. B. et all. *Critical discourse analysis of media texts*. València, España: Universitat de València, 2007.
- RANCIÈRE, J. *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fonte, 2012.
- Rumores. Apresentação do dossiê “Como criticam os que criticam?” por SILVA, Gislene Revista *Rumores* (USP), v.12, n. 23, 2018, p. 9-12.
- ROTHBERG, D. O conceito de enquadramento e sua contribuição à crítica de mídia. In: CHRISTOFOLETTI, R.. *Vitrine e Vidraça: Crítica de mídia e qualidade no jornalismo*. Covilhã: Labcom Books, 2010. p. 53-68.
- ROIO, M. Del. *Gramsci e a emancipação do subalterno*. São Paulo: Editora UNESP, 2018.
- ROSIQUE CEDILLO, G; BARRANQUERO CARRETERO, A. Radiografía de los observatorios de medios en España: una herramienta ciudadana para la reforma mediática. *Revista Latina de Comunicación Social*, 2016. n.71. p.443-469. DOI: 10.4185/RLCS-2016-1104<http://www.revistalatinacs.org/071/paper/1104/24es.html>
- SAID, Edward W. *El mundo, el texto y el crítico*. Barcelona: Handom House Mondadori / Debolsillo, 2013.
- SÁNCHEZ CALERO, María Luisa (ed.). *Géneros y discurso periodístico*. Madrid: Editorial Fragua, 2011.
- SEKARASIH, Laras at all. Entertaining audiences, ensuring inclusivity, and considering media influence: Sixth graders’ understanding of media producers’ responsibility. *The Communication Review*, 2016, v.19. nº.2. p. 128-152.
- SERELLE, M. V.; SOARES, R. L. A crítica de TV no Brasil: valores e repertórios. In: Colloque International Qu'est-ce qu'une télévision de qualité?, 2012, Paris (França). Ateliers du Colloque. Paris (França): Centre d'Etudes sur les Images et les Sons Médiatiques (Ceisme), 2012. v. 1. p. 32-33.
- SILVA, Flávia Dourado. Quando a crítica encontra a TV: uma abordagem cultural para a análise da crítica televisiva. *Famecos* (Porto Alegre), 2016, v. 23, nº. 2.
- SILVA, Gislene.; MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. *Rumores*. Número 10, v.5, jul.-dez. 2011.
- SILVA, Gislene; SOARES, Rosana de Lima. O método Análise da Cobertura Jornalística e o acontecimento noticioso da doença do ex-presidente Lula. *Revista Rumores*. Número 14, v.7, jul.-dez. 2013.
- SILVA, Gislene; SOARES, R. de L. Para pensar a crítica de mídias. *Famecos* (Porto Alegre), v. 20, nº.3, set/dez 2013, p. 820-839.
- SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. O método *Análise de Cobertura Jornalística* na compreensão do crack como acontecimento noticioso. In: *Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos*. LEAL, B. S.; ANTUNES, E.; VAZ, P. B. (orgs). Florianópolis, SC: Insular, 2011, v.2, p. 37-54.

- SILVA, Gislene; SANCHÉZ CALERO, M. L. La crítica de la cobertura periodística en las revistas académicas españolas. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico* (Universidad Complutense de Madrid), v. 24 (1), 2018, p. 887-903.
- SILVA, Gislene; SOARES, R. L. Para pensar a crítica de mídias. *Famecos*, v. 20, nº.3, p. 820-839, set-dez 2013a. Porto Alegre.
- SILVA, Gislene; SOARES, R. L. O método *Análise de Cobertura Jornalística* e o acontecimento noticioso da doença do ex-presidente Lula. *Galáxia*, v.7, nº. 14, p. 80-97, jul-dez 2013b. São Paulo.
- SILVA, Mariana da Rosa. Tensões entre o alternativo e o convencional: organização e financiamento nas novas experiências de jornalismo no Brasil. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- SILVA ECHETO, Victor. *Caos y catástrofe – un debate sobre las teorías críticas entre América Latina y Europa*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2014.
- SOARES, R. L; SILVA, Gislene. Lugares da crítica na cultura midiática. Lugares da crítica na cultura midiática. *Comunicação, Mídia e Consumo* (Online), v. 13, p. 9-28, 2016. São Paulo.
- SOUZA, H. G. Contra-hegemonia: um conceito de Gramsci? 2013. Tese. (Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social). Universidade Federal de Minas Gerais.
- SOUZA, J.; MATTOS, P. (orgs.). *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007. (Crítica Contemporânea).
- TODOROV, Tzvetan. *Crítica da crítica: um romance de aprendizagem*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- TOLSTENKO, A. Analytics of Russian criticism (Metaphysical shape of the Russian civilization). *Pacific Science Review B: Humanities and Social Sciences*. (article in press PSRB12_proof . 25 June 2016 -1/6).
- VACCA, G. *Modernidades alternativas – século XX de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2016.
- VANDE BERG, L. R. & WENNER, L. A. *Television criticism: approaches and applications*. New York: Logman, 1991.
- VENTURA, Mauro Souza. *A crítica e o campo do jornalismo – ruptura e continuidade*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. (digital).
- VILLAS BÔAS, R. L. O novo ciclo da modernização conservadora e a centralidade da indústria cultural no contexto de reconfiguração da hegemonia. In: BASTOS, M. D.; GONÇALVES, F. C. (orgs.). *Comunicação e disputa por hegemonia: a indústria cultural e a reconfiguração do bloco histórico*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- VOS, Tim P.; CRAFT, S.; ASHLEY, Seth. New media, old criticism: bloggers`press criticism and the journalistic field. *Journalism* (Sage), 2012, 13(7) 850-868.

WYATT, W. *Critical Conversations: A Theory of Press Criticism*. Cresskill, NJ: Hampton Press, 2007.

YAVÇAN, Basak; ONGUR, Hakan Ovunc. Determinants of media criticism in a democracy in transition: applying field theory to Turkey. *International Journal of Communication*, 2016, v.10, p 2422–2441. <http://ijoc.org>.

ZAMIN, Angela et all. “O mundo tem que saber disso de alguma maneira” – Crítica das práticas jornalísticas na reflexão de jornalistas brasileiras. *Animus Revista Interamericana de Comunicação Midiática* (Santa Maria, RS), 2015, v.14, nº.28.
